



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-5 – Economia e Política de Informação

AS TEMÁTICAS DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NA BRAPCI

THE THEMES OF INFORMATION POLICY AT BRAPCI

Lucilene Aparecida Francisco - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Terezinha Elisabeth da Silva - Universidade Estadual de Londrina, Londrina (UEL)

Ana Cristina de Albuquerque - Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas relacionados à geração, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e apropriação da informação. Em seu eixo de estudos Política de Informação, busca compreender o conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos que orientam a criação, o processamento, fluxo, acesso e uso da informação. A fim de fomentar a produção de novos trabalhos na área, o estudo teve como objetivo identificar as perspectivas temáticas da Política de Informação recorrentes nas publicações periódicas da Ciência da Informação, a partir do levantamento dos autores e periódicos que publicaram a respeito do tema nos últimos dez anos e do mapeamento dos assuntos debatidos nesses estudos. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfico e descritivo com delineamento quali-quantitativo, realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação, utilizando o termo “política de informação” na configuração “todos os campos”, no período de 2011 a 2020. Os dados foram interpretados com base na análise de conteúdo e na técnica bibliométrica, indicando como resultado uma variedade de periódicos e autores publicando acerca do assunto, porém uma concentração dessas produções em determinadas pessoas e publicações. Demonstram ainda a emergência de novas temáticas nos estudos do campo, decorrentes do Regime de Informação vivenciado no país, que revelam as inquietações da área em relação às condições desiguais de acesso à informação do contexto brasileiro.

Palavras-Chave: política de informação; acesso à informação; comunicação científica; produção científica; conhecimento científico.

Abstract: Abstract: Information Science is a social science that investigates problems related to the generation, organization, interpretation, storage, retrieval, dissemination, and appropriation of information. Additionally, Information Policy seeks to understand the principles, norms, rules, and procedures that guide the creation, processing, flow, access, and use of information. In order to promote the production of new studies in the area, the study aimed to identify the thematic perspectives of the Information Policy recurrent in the periodical publications of Information Science, based on the survey of authors and periodicals published on the subject in the last ten years and the mapping of the themes addressed in these studies. Furthermore, the article is an exploratory

bibliographic, descriptive research with a qualitative design, carried out in the Reference Database of Journal Articles in Information Science. It uses the term "information policy" configured as all fields, from 2011 to 2020. The data were analyzed considering the technique of content analysis and bibliometric technique. The results indicate a variety of journals and authors publishing on the subject. However, it focus on the productions by some people and publications. They also demonstrate the emergence of new themes in field studies, arising from the Information Regime experienced in country, which reveals the concerns of the area regarding the unequal conditions of access to information in Brazil.

Keywords: information policy; access to information; scientific communication; scientific production; scientific knowledge.

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação é uma ciência social que investiga os problemas relacionados à geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e apropriação da informação. Como disciplina, procura criar e estruturar conhecimentos científicos e tecnológicos, relacionados à transferência de informação. Tem como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida em sociedade por meio do acesso à informação e criar mecanismos para que a informação seja comunicada e transformada em conhecimento. Surge como resultado das transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas no decorrer do século XX e da crescente valorização atribuída à informação (CAPURRO; HJORLAND, 2007).

Dentre os diferentes temas e abordagens referentes à informação e de interesse da Ciência da Informação, destaca-se o eixo de estudos Política de Informação, que se propõe a investigar o conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos que orientam a criação, o processamento, fluxo, acesso e uso da informação (BRAMAN, 2011).

Este estudo busca compreender o eixo temático Política de Informação e como ele se insere na Ciência da Informação. A partir da percepção de que o fluxo informacional que ocorre na sociedade é tensionado por conflitos de interesse, desigualdade de acesso à informação e disputas de poder, compreende-se que a Política de Informação é o mecanismo que se propõe a regular e equilibrar essas tensões.

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de conhecer e caracterizar os estudos do campo Política de Informação. Para isso, foi realizada uma pesquisa de metac conhecimento, definida por Li (2018) como uma investigação da origem do conhecimento, sua composição e relação com os sujeitos. Configura-se como uma continuidade das análises de Silva e Pinheiro

(2011) e Eirão e Silva (2019), porém considera-se, desta vez, como *corpus* de análise, os periódicos da área da Ciência da Informação, por serem eficientes ferramentas para a publicação e comunicação dos resultados das pesquisas científicas do campo em questão, principalmente os de formato eletrônico, pois possibilitam novas formas de preservação, acesso e apropriação das informações, além de impulsionarem o desenvolvimento de novos ambientes de armazenamento e divulgação científica, como os repositórios digitais e os portais de periódicos (SANTA ANNA, 2019).

Ao se reconhecer a relevância dos estudos de metachecimento para a compreensão das produções de determinada área, e ainda a contribuição dos periódicos científicos para a socialização do conhecimento, levantou-se como problemática a seguinte questão: quais as perspectivas temáticas do campo Políticas de Informação recorrentes nas publicações periódicas da Ciência da Informação? A resposta a esse questionamento foi obtida por meio de um estudo exploratório de caráter bibliográfico e descritivo, realizado na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), utilizando o termo de busca “Política de Informação”, na opção “todos os campos”, com delineamento temporal de 2011 a 2020, empregando a análise de conteúdo de Bardin (2016) e a técnica bibliométrica para tratamento dos dados.

Para a interpretação dos resultados, adotou-se como matriz teórica o estudo de Pasek (2015), que identifica e categoriza os temas trabalhados no campo Política de Informação, de acordo com o ciclo da informação, definido pela autora como: criação, produção, distribuição, acesso e uso da informação. Assim, para responder à problemática proposta e alcançar os objetivos definidos, este estudo buscou compreender as reflexões contemporâneas recorrentes no campo Políticas de Informação, com vistas a identificar os autores e periódicos que publicaram a respeito do tema, bem como mapear os assuntos estudados nesse campo a partir das publicações periódicas da Ciência da Informação dos últimos dez anos, verificando se há correspondência com as temáticas propostas por Pasek (2015).

Como resultado, foram identificados vários autores e periódicos publicando acerca do tema, porém há uma concentração dessas produções em determinadas pessoas e em periódicos específicos. Constatou-se ainda a incidência de temas assonantes e dissonantes aos estudos de Pasek (2015) e foi revelada a emergência de novas temáticas nos estudos do campo, decorrentes do regime de informação vivenciado no país, que demonstram as inquietações da área em relação às condições desiguais de acesso à informação do contexto brasileiro.

2 O CAMPO POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

A Política de Informação é um campo de estudos emergente na Ciência da Informação. É decorrente do desenvolvimento tecnológico e da aceleração nos processos de criação, produção, distribuição, acesso e uso da informação, que fez com que os diferentes públicos usuários passassem a exigir maior responsabilidade, transparência, privacidade, segurança e qualidade das informações, suscitando uma competição de interesses que demanda ações de regulações para produção e uso da informação na sociedade (PASEK, 2015).

A complexidade e pluralidade dos assuntos tratados pelas Políticas de Informação as tornam um tema interdisciplinar, relevante a diferentes disciplinas, como Política e Políticas Públicas, Gestão Pública, entre outras, porém a maior parte da literatura sobre o tema reside na Ciência da Informação (BRAMAN, 2011). Suas definições consideram tanto o papel dos governos, quanto a influência do mercado e das organizações no acesso à informação, uma vez que são concebidas como diretrizes sociais, políticas, jurídicas, econômicas e tecnológicas que determinam o papel e o fluxo da informação na sociedade. Essas decisões operam em nível social, quando aplicadas nacional e internacionalmente, e em um nível instrumental, quando impactam a criação, disseminação, o uso e a preservação da informação (MAXWELL, 2003).

Diversos atores podem influenciar a definição de políticas de informação, como: autores/artistas, editoras, distribuidores, bibliotecários, consumidores, educadores, órgãos governamentais, provedores de Internet, empresas de tecnologia e outros. Em razão disso, certamente ocorrem conflitos em relação às políticas e propostas de informação específicas devido a diferentes metas, objetivos, perspectivas, filosofias e valores das partes interessadas. Assim, o desenvolvimento de políticas de informação envolve processos sociais e políticos cujo objetivo deve ser encontrar o equilíbrio entre interesses concorrentes ao tentar minimizar os efeitos adversos. Nesse contexto, as Políticas de Informação são compreendidas como “[...] o resultado de um processo de desenvolvimento de regras, regulamentos ou diretrizes que afetam o ciclo de informações, abrangendo processos relacionados à criação, produção, distribuição, acesso e uso de informação” (PASEK, 2015, p. 298, tradução nossa).

A autora categoriza os estudos de Políticas de Informação a partir das diferentes etapas do ciclo da informação: criação, produção, distribuição, acesso e compartilhamento da informação, envolvendo questões como: proteção da liberdade de expressão, dos direitos do autor e da privacidade; prevenção à pirataria e espionagem corporativa, à censura ao uso de

palavras impróprias e discursos discriminatórios; restrição do acesso de determinados públicos, migrações e *downloads* não autorizados e promoção da transparência governamental, do acesso aberto, da neutralidade de rede e da competência em informação.

Entretanto, Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2001) alertam para a fragilidade da abordagem do tema a partir das etapas do ciclo da informação, apontando a possibilidade de fragmentação das responsabilidades de formulação de políticas e discussões a respeito do tema. Nesse aspecto, para os autores, falta uma visão geral e integradora do Regime de Informação, da complexa ecologia das leis, dos regulamentos, das práticas de gestão e culturas institucionais que moldam as atividades de transferência de informação. Em função disso, cabe destacar que não há "verdades" objetivas na Política de Informação. Há apenas valores – ao invés de leis e regulamentos específicos – que sustentam nossas concepções de informação. Desse modo, sobressaem as ideologias políticas e profissionais na percepção dos problemas e dilemas da Política de Informação e na forma como esses são percebidos, examinados e representados pelas diferentes partes interessadas.

Ao estudarem a produção do conhecimento em Política de Informação no contexto brasileiro, Silva e Pinheiro (2011) destacam que os estudos desse campo envolvem: direitos autorais, acesso aberto, privacidade, telecomunicações e conectividades, *softwares* livres, propriedade intelectual, governança; governo eletrônico, acesso à informação, exclusão digital, legislação internacional, entre outros. As autoras salientam que a dispersão de assuntos evidencia a emergência de temas recentes que se relacionam entre si, formando uma rede diversificada de interesses e ações.

Acrescentam-se ao rol de estudos do eixo, os aspectos social, material e público da informação cujas características estão presentes na forma como essa é manipulada para determinados fins. Nessa perspectiva, os fluxos da informação precisam ser investigados como fenômenos informacionais e serem compreendidos por meio da concepção de Regime de Informação, definido como o sistema no qual a informação flui a partir de produtores e estruturas específicas, a consumidores ou usuários singulares (FROHMANN, 1995; 2008). Outrossim, como um modo de produção de informação dominante na sociedade, de acordo com o qual são definidos os sujeitos, as instituições, regras e autoridades, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento e seus dispositivos de preservação e distribuição (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002).

Os estudos do campo Políticas de Informação incluem também os debates relativos à polissemia do termo “informação”, conforme apontado por Rojas (2012), e do termo “política”, que além de ser influenciado pelo contexto em que é usado, pode ter diferentes definições, como: “teoria ou modelo”, “uma expressão de propósito geral ou estado desejado das coisas”, “um rótulo para um campo de atividade”, “decisões de governo”, “propostas específicas” e “processo” (BROWNE, 1997). Assim, as definições da política referem-se de várias maneiras a: (a) princípios, regras e diretrizes; (b) objetivos ou missões; (c) processo; (d) decisões e; (e) documentos formais (PASEK, 2015).

Apontando as debilidades dos estudos a respeito do tema, Silva e Pinheiro (2011) destacam a necessidade de melhor definição dos conceitos e maior adensamento das reflexões que circundam o campo. Nessa linha de raciocínio, Jardim (2008) ressalta não haver na literatura um quadro conceitual suficientemente denso sobre Políticas de Informação, pois a compreensão do termo tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional, como: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica entre outros elementos que demandam maior aprofundamento na compreensão das suas implicações, sociais, políticas e econômicas. Fato que justifica as análises acerca das produções do campo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, que traz como delineamento metodológico o estudo bibliográfico, e de metaconhecimento com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa exploratória busca promover a aproximação entre pesquisador e o tema, com o intuito de torná-lo mais explícito e possibilitar a construção de hipóteses. A pesquisa descritiva propõe-se a descrever as características de determinado fenômeno ou descobrir relações entre as variáveis (GIL, 2019). O estudo bibliográfico procura explicar um problema a partir do conhecimento disponível e das teorias publicadas (KÖCHE, 2011). O metaconhecimento é o estudo da objetividade, abrangência, profundidade e rigor do conhecimento, buscando suas limitações (LI, 2018). Já a abordagem quali-quantitativa busca convergir dados quantitativos e qualitativos para realizar uma análise mais abrangente do problema (CRESWELL, 2016).

Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) e da técnica bibliométrica. A análise de conteúdo busca descrever e interpretar o sentido e o

significado do conteúdo dos documentos para além do aparente (MORAES, 1999). Assim, pode ser compreendida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações que identificam indicadores, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens (BARDIN, 2016). Por outro viés, a técnica bibliométrica tem o intuito de mapear, identificar e analisar o crescimento e a tendência da produção científica numa dada área (CRIVELENTE, 2019).

O levantamento dos dados ocorreu na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) em 15 junho de 2021, utilizando o termo de busca “Política de Informação”, na configuração “todos os campos” com delineamento temporal de 2011 a 2020. Importante destacar que a Brapci tem por objetivo subsidiar estudos e propostas na Ciência da Informação, para isso, identifica títulos de periódicos da área e indexa seus artigos. Constituindo-se, portanto, em uma base de dados referenciais no âmbito da Ciência da Informação que amplia o acesso à informação ao mesmo tempo que revela especificidades do domínio científico. A base disponibiliza referências e resumos de 19.255 textos publicados em 57 periódicos nacionais da área de Ciência da Informação, sendo 40 ativos e 17 históricos (descontinuados) (BRAPCI, 2020). Dada a sua representatividade, acredita-se que esta base de dados seja uma significativa fonte de pesquisa para Ciência da Informação e que permita conhecer a tendência temática dos estudos no campo Políticas de Informação.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O levantamento bibliográfico recuperou inicialmente 90 publicações, sendo 21 trabalhos publicados em eventos e 69 artigos de periódicos, contemplando as modalidades: artigos e relatos de pesquisa e experiência. Entretanto, dos artigos de periódicos recuperados, um apareceu em duplicidade, três possuíam datas de publicação anteriores ao recorte temporal estabelecido e um não apresentou o arquivo PDF do artigo, talvez por alguma inconsistência no preenchimento dos metadados na base, portanto foram desconsiderados na pesquisa, restando, assim, 64 documentos para as análises.

O tema Política de Informação apareceu em 27 diferentes periódicos no período, concentrando-se especialmente nas publicações Informação & Informação (8); Informação & Sociedade: Estudos (6); Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (6) e Perspectivas em Ciência da Informação (5). Os demais periódicos apresentaram menos

de cinco artigos acerca do assunto, conforme é possível observar na Tabela 1 abaixo, e 13 periódicos apresentaram apenas uma publicação a respeito da temática no período.

Tabela 1 – Periódicos que publicaram a respeito de Política da Informação de 2011 - 2020.

ISSN	Periódicos	Instituição	Qualis 2013 - 2016	nº de publicações
1981-8920	Informação & Informação	UEL	A2	8
0104-0146	Informação & Sociedade: Estudos	UFPB	A1	6
1981-6278	Rev. Eletr. de Com. Inf. e Inovação em Saúde	FIOCRUZ	B1	6
1981-5344	Perspectivas em Ciência da Informação	UFMG	A1	5
1518-8353	Ciência da Informação	IBICT	B1	4
2358-0763	Ciência da Informação em Revista	UFAL	B5	3
1518-2924	Encontros Bibli	UFSC	A2	3
1981-0695	Pesquisa Bras. em Ciência da Informação e Bibliot.	UFPB	B1	3
1981-6766	Ponto de Acesso	UFBA	B1	3
1678-765X	Revista Digital de Bibliot. & Ciência da Informação	UNCAMP	B1	3

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Esses dados revelam a dispersão das discussões acerca do tema na área, dada à pluralidade de assuntos, conforme apontam Braman (2011) e Silva e Pinheiro (2011), muito embora se perceba a incidência de publicações em revistas de melhor avaliação no Qualis Periódicos, o que confere prestígio e qualidade aos trabalhos. Verifica-se também a ausência de um periódico ou número temático voltado aos estudos do campo, diferentemente do que ocorre no cenário internacional, com a publicação “Information Policy”¹.

Quanto ao período de publicação, destacam-se os anos 2014 e 2017 com maior número de produções sobre o assunto, nove publicações cada, períodos que sucedem a promulgação da Lei n. 12527/2011, Lei de Acesso à Informação (LAI) (BRASIL, 2011) e a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (BRASIL, 2016), que impulsionaram pesquisas e publicações a respeito do tema, conforme é possível perceber pelo Gráfico 1 abaixo:

¹ Publicação da OS Press. Disponível em: <https://www.iospress.nl/journal/information-polity/>

Gráfico 1: Distribuição dos artigos no período de 2011 a 2020.



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Assim, observando a distribuição dos artigos no período, verifica-se que o desenvolvimento do campo, assim como da Ciência da Informação, tem acompanhado os fenômenos e mudanças sociais e se constituído a partir dos problemas, os quais a Ciência da Informação se propõe a compreender e solucionar (POPPER, 1972 *apud* SARACEVIC, 1996).

O tema foi discutido por 106 diferentes autores no período, porém constata-se a dominância de três autoras: Isa Maria Freire (UFPB); Terezinha Elisabeth da Silva (UEL) e Marta Macedo Kerr Pinheiro (UFMG), com sete, seis e cinco artigos publicados, respectivamente. Configuram-se, portanto, como autoras produtivas e atuantes como pesquisadoras e orientadoras de estudos acerca do tema. Os autores Gustavo Henrique Araújo Freire, Herbert de Oliveira Rego e Edilene Maria Silva publicaram três artigos no período, sendo parte dessa produção em coautoria com Isa Maria Freire. Por outro lado, observa-se que, embora se tenha um número considerável de autores, a maior parte deles, cerca de 85, publicou apenas um artigo a respeito do assunto no período, o que pode significar carência de projetos de estudos consistentes na área e ausência de tradição de pesquisa na temática. Ainda com relação à autoria, foram identificados apenas 12 artigos em autoria individual e 52 produções em coautorias, demonstrando a tendência do campo em formar grupos de estudos e redes colaborativas de pesquisa, conforme ilustrado na Figura 1 abaixo:

Figura 1: Autores do campo Política de Informação



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em relação às palavras-chave dos trabalhos, as análises demandaram alguns ajustes, visto que foram encontrados termos pouco significativos para o tema, como “análise de conteúdo”; “técnica de entrevista”, que tratam da metodologia utilizada e não representam o assunto do documento. Houve também a adaptação dos termos para o singular, visto que muitos apareceram no plural e também dos termos sinônimos, como “acesso livre” e “acesso aberto”, “competência informacional” e “competência em informação”. Nesses casos, adotou-se os termos “acesso aberto” e “competência em informação”, respectivamente.

Feitos os devidos ajustes, foram identificadas 125 diferentes palavras-chave representando os trabalhos, porém 91 desses termos apareceram apenas uma vez, mas representam temas relevantes para o campo, como curadoria digital, cibersegurança, governança, dados pessoais, proteção de dados, transparência, entre outros, o que pode significar uma carência de estudos no campo sobre esses assuntos. Quanto às palavras de maior incidência, observa-se, além dos termos “Política de Informação” e “Ciência da Informação”, que obviamente aparecem como os mais citados, a preponderância de temas como: acesso à informação; acesso aberto, repositório institucional, informação em saúde; regime de informação, competência em informação, entre outros que representam os temas mais debatidos no campo, conforme a nuvem de palavras abaixo:

Figura 2: Nuvem de palavras chave dos artigos



Fonte: Elaborado pelas autoras no *Wordclouds*²

Comparando as palavras-chave identificadas nos trabalhos com os temas das Políticas de Informação propostos por Pasek (2015), verifica-se certa correspondência entre os assuntos, mas também foi perceptível o surgimento de novas temáticas de estudos, a exemplo de informação em saúde, inclusão digital, cidadania e repositório institucional, entre outros temas impulsionados pela Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (BRASIL, 2016), pela Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) e pelo movimento de acesso aberto, conforme demonstrado na Figura 3 abaixo.

Figura 3: Temáticas do campo Política de Informação

Pasek 2015	Pesquisa 2020
<ul style="list-style-type: none">• Acessibilidade• Acesso aberto• Bibliotecas e arquivos• Big data• Censura• Compartilhamento da informação• Direito autorial• Direitos de privacidade• Financiamento de pesquisa• Fluxos de dados internacionais• Gestão de direitos digitais• Governo eletrônico• Informação Pessoal• Liberdade de expressão• Liberdade de informação• Licenciamento• Neutralidade da rede• Propriedade intelectual• Protocolo de Internet• Rede banda larga• Serviço de informação universal• Segurança de dados• Segurança nacional• Competência em informação• Plágio	<ul style="list-style-type: none">• Accountability• Acesso à informação• Acesso aberto• Bibliotecas, arquivos repositórios• Ciberespaço• Cibersegurança• Cidadania• Ciência aberta• Compartilhamento da informação• Competência em informação• Comunicação científica• Curadoria digital• Democratização da informação• Documento eletrônico• Governo eletrônico• Inclusão digital• Informação em saúde• Informação pessoal• Livro verde/branco• Preservação digital• Redes sociais• Segurança de dados• Transparência

Fonte: Elaborada pelas autoras.

A figura acima apresenta temáticas assonantes às propostas de Pasek (2015), por exemplo: acesso aberto, bibliotecas e arquivos, compartilhamento da informação e do

² Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>.

conhecimento, informação pessoal, governo eletrônico e segurança de dados. E também temas dissonantes, como: liberdade de expressão e de informação, censura, plágio, curadoria digital, entre outros que poderiam se tornar objetos de estudos e reflexões do campo no cenário brasileiro.

Outra observação importante é que os temas discutidos no campo concentraram-se nas etapas: distribuição e acesso à informação, sinalizando para a necessidade do campo refletir a respeito das Políticas de Informação ligadas às etapas de criação, produção e apropriação da informação. Embora se considere as fragilidades dessa categorização, conforme apontado por Rowlands, Eisenschitz e Bawden (2001), ela se torna uma ferramenta didática para compreensão dos estudos e temáticas do campo, além de revelar os pontos de concentração e escassez de estudos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar as perspectivas temáticas do campo Política de Informação nos periódicos brasileiros da Ciência da Informação, a partir de pesquisa na Brapci, indicando periódicos, autores e temáticas recorrentes no campo.

A pesquisa revelou a ausência de uma publicação periódica exclusiva para o campo Política de Informação, de modo que os trabalhos que versam sobre o tema encontram-se dispersos entre outros assuntos tratados na Ciência da Informação. No entanto, o aumento do interesse e das pesquisas voltadas ao tema tornam viável a edição de números temáticos específicos. Dessa forma, poderá impulsionar e reunir as produções e reflexões sobre o assunto, face ao atual contexto social, político e econômico, marcado ainda pela exclusão de parcela significativa da população do acesso à informação, ao mesmo tempo em que pequenos grupos detêm o controle e a vigilância de dados pessoais sigilosos, utilizando-os de forma maneira a ampliar suas vantagens no mercado.

Como limitação, aponta-se o fato de as palavras-chave não passarem por um processo de controle de vocabulário e, muitas vezes, não corresponderem aos assuntos dos documentos, conforme destacam Silva e Pinheiro (2011). Contudo, enfatiza-se como função precípua da palavra-chave a representação do conteúdo dos trabalhos e ressalta-se a necessidade de maior atenção, bem como reflexão acerca da definição dos termos indexadores dos trabalhos na área.

Os estudos de metac conhecimento contribuem para a identificação da origem e o estado do conhecimento, favorecendo a elaboração de diagnóstico acerca dos domínios do campo e a percepção das fragilidades teóricas/metodológicas que demandam maiores reflexões e aprofundamento nos estudos. No campo da Política de Informação, são relevantes devido à dispersão das publicações e dos temas abordados, além das múltiplas definições que podem ser atribuídas aos termos “política” e “informação”, características da transversalidade do campo e das suas substanciais contribuições para compreender as relações e os valores que regem a produção, circulação e o uso da informação na sociedade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BASE DADOS REFERENCIAIS DE ARTIGOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (BRAPCI). Disponível em: <http://www.Brapci.inf.br/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º.[...]. Brasília: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Informação e Informática em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Philadelphia, v. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: http://people.tamu.edu/~Braman/bramanpdfs/38_defininginfopolicy. Acesso em: 10 jun. 2021

BROWNE, M. The field of information policy: fundamental concepts. **Journal of Information Science**, Brighton, v. 23, n. 4, p. 261-275, 1997. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/016555159702300401>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148 – 207. jan./abr. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>. Acesso em: 10 jun. 2021

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre, 2016.

CRIVELLENTE, M. R. **Métodos e técnicas bibliométricas de análise de produção científica**: um estudo crítico. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19022021-124556/publico/MarianaRamosClivelenteVC.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

EIRÃO, T. G; SILVA, T. E. Mapeamento e tendências do GT5 do ENANCIB: um estudo dos trabalhos apresentados de 2011 a 2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20. Florianópolis, 2019. **Anais [...]** Florianópolis: Ancib, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1103/755>. Acesso em: 10 jun. 2021

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L G (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying the actos network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmonton. **Annals [...]** Edmonton, 1995. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf> . Acesso em: 10 jun. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 10 jun. 2021.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9. São Paulo, 2008. **Anais [...]** São Paulo: Ancib, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1610/Pol%3%adticas%20p%3%bablicas.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

LI, P. Knowledge and Meta-knowledge: From the Generating of Knowledge to the Management of Knowledge. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGEMENT AND EDUCATION, HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES, Hangzhou, 2018. **Proceedings [...]** [New York]: Atlantis Press, 2018. Disponível em: <https://www.atlantispress.com/proceedings/mehss-18/25895470>. Acesso em: 28 jun. 2021

MAXWELL, T. A. Toward a Model of Information Policy Analysis: Speech as an Illustrative Example. **First Monday**, Chicago, v. 8, n. 6, 2003. Disponível em: <https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/view/1060>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

PASEK, J. E. Defining Information Policy: relating issues to the information cycle. **New Review of Academic Librarianship**, Philadelphia, v. 21, p. 286–303, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/13614533.2015.1009126>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROJAS, R. O objeto de estudo da Ciência da Informação: construído, complexo e transdisciplinar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13. Rio de Janeiro, 2012. **Anais[...]** Rio de Janeiro: Ancib, 2012. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1091/REND%3%93N%20ROJAS.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROWLANDS, I.; EISENSCHITZ, T. BAWDEN, D. Frame analysis as a tool for understanding information policy. **Journal of Information Science**, Penglais, v. 28, n. 1-2, p. 77-84, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/016555150202800104>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SANTA ANNA, J. Comunicação científica e o papel dos periódicos científicos no desenvolvimento das Ciências. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 3-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/44365/22663>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SARACEVIC, T., Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>. Acesso em 10 jun. 2021.

SILVA, T. E.; PINHEIRO, M. M. K. Políticas de Informação no âmbito do Enancib. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12. Brasília, 2011. **Anais [...]** Brasília: Ancib, 2011. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1703/Pol%C3%ADticas%20-%20Silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 jun. 2021.